CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL (CESSA) TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

A EVOLUÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO BRASILEIRO APÓS A LEI 11.445 E SEUS IMPACTOS NO MEIO RURAL

AUTORES:

Adriane Dorninger FEITOSA . dridf21@gmail.com; Andrea Melo Ribeiro de Padua ALVES. ampadua@gmail.com; Anne Karolina Rafael VARGAS. annekarolina.ambiental@gmail.com; Ariel Bruno Soares ALVES. abruno887@gmail.com; Renato Silva Manata JUNIOR. renatomanata@gmail.com; Dirceu SCARATTI (Orientador). dirceu.scaratti@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Saneamento Básico no Brasil pode ser dividido em duas etapas: antes e após a promulgação da Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007⁽¹⁾. Percebe-se que passados mais de 10 anos da criação da Lei, as mudanças efetivas no que tange ao Saneamento Básico no País ainda são pouco significativas, principalmente nos pequenos municípios e nas zonas rurais.

O último Censo Demográfico (2010)⁽²⁾ estima que 29,9 milhões de pessoas residem no meio rural, e que, no entanto, essa parte da população possui grandes déficits em relação às condições de saneamento básico. O maior déficit é em relação ao tratamento de esgoto, seguido pela falta do manejo de resíduos sólidos e por falta de abastecimento de água.

OBJETIVOS

Como objetivo geral, avaliar os dados de cobertura e atendimento do saneamento básico antes e após a Lei nº 11.445/2007 com ênfase no meio rural, identificando as principais mudanças ocorridas no período de 2007 (ano da promulgação da Lei) e, 2017 (uma década depois) até os tempos atuais no saneamento básico rural em Goiás. Como objetivos específicos:

- Comparar os dados de cobertura obtidos, considerando as estatísticas do período de tempo de 2007 à 2019;
- Avaliar a aplicabilidade e efetividade da Lei nº 11.445/2007 e seus impactos na área rural do estado de Goiás;
- Avaliar o alcance da Lei nº 11.445/2007 nas comunidades rurais e as principais mudanças ocorridas.

MÉTODO

Realizou-se um levantamento bibliográfico de artigos científicos na língua portuguesa e inglesa, no período de 1974 a 2019. A busca foi realizada nas bases de dados Medline/PubMed, Lilacs e SciELO, além dos materiais disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), Plano de Saneamento Básico de Goiás (PESB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para respaldo no tema proposto, no período de fevereiro a março de 2020. A pergunta norteadora de pesquisa foi “Quais foram as mudanças significativas no saneamento básico, em especial no meio rural, após a Lei 11.445/2007”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto, realizado pelo Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), publicado em 2019, traz uma visão global de todos os parâmetros avaliados, baseado em dados históricos no período de 2008 à 2018. Nele observam-se variações expressivas em algumas variáveis, como os investimentos totais realizados, que cresceram 134,2%, e o incremento de economias atendidas com os serviços de água e esgotos, de 36,2% e 58,4%, respectivamente⁽³⁾, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução dos principais Indicadores de Saneamento Básico no Brasil no período de 2008 a 2018.

Indicador / Informação	Unidade	Inicial Dez/2008	Atual Dez/2018	Evolução no período
Investimentos totais realizados ^a	R\$ milhões	5.620,0	13.160,6	134,2%
Extensão da rede de água (AG005)	10 ³ km	469,6	662,6	41,1%
Extensão da rede de esgoto (ES004)	10 ³ km	192,1	325,6	69,5%
Quantidade de economias residenciais ativas de água (AG013)	mil unidades	43.097,7	58.690,6	36,2%
Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto (ES008)	mil unidades	22.997,1	36.436,0	58,4%
Índice de atendimento da população total com água (IN055)	%	81,2	83,6	2,4 p.p.
Índice de atendimento da pop. total com coleta de esgotos (IN056)	%	43,2	53,2	9,9 p.p.
Tarifa média praticada (IN004)	R\$/m ³	1,95	3,97	103,6%

Fonte: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto (SNIS 2019)

CONCLUSÃO

Constatou-se que, ao longo dos anos, houve melhoras na prestação dos serviços, inclusive nas metodologias de avaliação dos dados, melhorando os resultados das pesquisas. Contudo, as publicações seguem, ano após ano, sem dados da área rural do país, ou seja, os efeitos da Lei 11.445 ainda não contempla a todos os brasileiros.

A falta de dados e informações dos serviços de saneamento básico prestados na área rural resultam, principalmente de falta de planejamento a longo prazo. Os órgãos de saneamento municipais deixam a desejar tanto na prestação do serviço quanto na divulgação de informações, e uma das causas é a falta de qualificação técnica dos funcionários aliada à alta rotatividade nas trocas de governos municipais a cada quatro anos⁽⁴⁾.

A partir do observado no Estado de Goiás, nota-se que, nos municípios sem ente regulador, os investimentos em melhorias operacionais é irrelevante.

REFERÊNCIAS:

- ⁽¹⁾ BRASIL. Lei nº. 11.445 de 5 de Janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm. Acesso em: 27 de março, 2020.
- ⁽²⁾ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico brasileiro**. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 27 de março, 2020.
- ⁽³⁾ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos** – 2018. Brasília: SNS/MDR, 2019. 180 p.: il.
- ⁽⁴⁾ SANEAGO. Disponível em: <https://www.saneago.com.br/lai/#/> Acesso em: 9 de maio, 2020.